

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>ARGENTINA, 1976: LUTA DE CLASSES E TERRORISMO DE ESTADO</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marcos Vinicius Ribeiro	Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Secretaria de Estado da Educação do Paraná.	UNIOESTE; SEED-PR.	Doutorando; Professor.
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A discussão apresenta um itinerário sobre a história argentina do período que inicia com a articulação oligárquica durante o golpe de 1930, perpassa a historicidade dos três governos peronistas, 1946-1955 e 1973 a 1976, até o golpe terrorista de 24 de março de 1976 quando assume a presidência do país uma Junta Militar liderada pelo General Jorge Rafael Videla. Analisa-se, sobretudo, o período de Terrorismo de Estado (TDE) na Argentina e considera-se o Estado como relação social. O recorte temporal abordado e avaliado nesta comunicação relaciona-se ao período de 1973-1978. O projeto da ditadura argentina não foi restrito ao governo militar iniciado em 1976, trata-se de um método golpista experimentado durante os 5 golpes antecessores e pelo terceiro governo peronista, 1973-1976, com a atuação de milícias pára-policiais armadas correspondentes a ultra-direita, apoiadas, em maior ou menor grau, a depender da conjuntura, por diversas associações de classes, bem como jornais e meios de comunicação da classe dominante que estabeleceram condições reais no campo da guerra de posições e de movimento para a maturação do golpe de 1976.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Argentina; Luta de Classes; Golpe de Estado.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The discussion presents an itinerary on Argentine history of the period that begins with the oligarchic joint during the 1930 coup, permeates the historicity of the three Peronist governments, from 1946 to 1955 and from 1973 to 1976, until the terrorist coup of March 24, 1976 when assumes the presidency one military junta led by General Jorge Rafael Videla analyzes, above all, the State Terrorism Politics (STP) in Argentina and is considered the state as a social relation. The time frame discussed and evaluated in this paper relates to the period from 1973 to 1978. The design of the Argentine dictatorship was not restricted to the military government started in 1976, it is a scammer method experienced during the five predecessors blows and the third Peronist government, from 1973 to 1976, with the activities of armed militias and police stops corresponding to ultra-right, supported to a greater or lesser degree, depending on the circumstances, several class associations, as well as newspapers and media of the ruling class who have established real conditions in the field of war positions and move to the maturation coup of the 1976.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Argentina; Struggle Class; Coup D'état.			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes.			

## *ARGENTINA, 1976: luta de classes e terrorismo de estado.*

### INTRODUÇÃO:

Os golpes cívico-militares Latino-americanos das décadas de 1960-1970 possuem como característica a adesão ao esquema da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A reestruturação do Estado foi baseada no binômio segurança/”desenvolvimento”. Este aspecto foi incisivo, fundamentalmente no que concerne a repressão à toda sorte de militância. Como parte de um projeto de reestruturação do capital, os Estados latino-americanos, seguindo uma tradição de subserviência ao imperialismo, aderiram ao extermínio generalizado.

No tocante ao estudo de caso ora apresentado, pode-se dizer que parte da historiografia argentina que trata do terrorismo de Estado, evento aceito como alavanca da história do tempo presente naquele país, não problematiza os vínculos orgânicos que serviram como base de sustentação da chamada “solução final”<sup>1</sup>. De maneira mais abrangente, propomos uma aproximação entre o conceito de Terrorismo de Estado<sup>2</sup>, sem desconsiderar, portanto, um amplo debate em torno da qualificação da ditadura, e a noção de Estado gramsciana<sup>3</sup> que resulta em entendê-lo enquanto instituição histórica e relação social.

Entretanto, em meio a tantas controvérsias é inegável o grau de sofisticação atingido pela repressão em relação à resistência ao método de reestruturação golpista e assassino. O desaparecimento – arma política usada de maneira arbitrária – atingiu níveis quantitativos e qualitativos que tencionam e dinamizam o debate acerca do montante de desaparecimentos praticadas. A insígnia militante, representada pelas organizações que buscam a verdade e justiça contra o

---

<sup>1</sup> Trata-se da historiografia publicada no Brasil. Dentre elas, destacam-se: PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006. NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp. A obra de Romero, por exemplo, mudou o nome dos carros usados nas operações que buscavam raptar suspeitos de *subversão* de “Ford Falcons” para Falcões Verdes. Essa tergiversação pode se relacionar com a possibilidade de suavização da cumplicidade da empresa *Ford Motors* com o contexto da desaparecimento forçada da oposição durante a vigência do Terrorismo de Estado.

<sup>2</sup> Segundo Enrique Padrós: “Enquanto sistema estatal, o TDE implementou uma variada gama de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos que deram suporte às atividades, clandestinas ou não, das unidades específicas de inteligência, informação e controle, assim como de repressão física explícita.” (PADRÓS, Enrique. *Elementos Constitutivos do Terror de Estado Implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional Latino-Americanas*. In: PADRÓS, E. S. (Org.) *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006. p. 15.)

<sup>3</sup> Segundo Sonia Regina Mendonça, “Para entender o Estado enquanto uma **relação**, é necessário operar com uma visão triádica, existindo, para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infra-estrutura** – tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção, na economia, simplificadamente; b) a **sociedade civil** – conjuntos dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida para obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** – ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito. O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba **tanto a sociedade civil quanto a sociedade política**, numa interação permanente”. (MENDONÇA, Sonia R. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo B. (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998. p 20).

esquecimento, apontam para um universo de 30.000 desaparecidos. Dados oficiais sobre o período, no entanto, contestaram essa cifra através do relatório da Comissão Nacional pelo Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Entretanto, este nos parece um debate superado pois, dentre outras questões, o avanço das pesquisas acadêmicas e militantes produziram dados quantitativos significativos que reafirmam os 30.000. destaca-se, dentre outras organizações, a atuação das Madres e Abuelas da Plaza de Mayo, bem como HIJOS por la memoria y la verdad.

## **ARGENTINA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES**

O golpe de Estado de 24 de março de 1976 é paradigmático dentro do longo itinerário ditatorial implantado no país pois, ao todo, durante sua história contemporânea, a Argentina sofreu 6 golpes de Estado. Laboratório longevo do imperialismo britânico, a Argentina foi sustentáculo da expansão imperialista inglesa na América Latina devido, dentre outras questões estruturais, ao vínculo estabelecido entre a oligarquia *terrateniente e ganadera* e a burguesia financeira britânica.

Parte significativa da malha ferroviária do país, bem como a industrialização frigorífica, por exemplo, foi financiada pelo capital britânico no final do século XIX e início do XX. Em alguma medida, estes vínculos estabelecidos na incipiente industrialização do país durante o período mencionado estabeleceu compromissos lucrativos e ao mesmo tempo acomodativos para a classe dominante agrária do país.

A parceria britânica/argentina seguiu a dinâmica geral de subalternização da classe dominante local aos interesses da expansão imperialista. A resistência a este processo, por outro lado, aglutinou grande parcela dos trabalhadores e se fez presente desde o início da expansão da fronteira agrícola com a chamada *Campanha para o Deserto*. Trata-se do genocídio planejado pelo exército argentino em direção as populações originárias daquele país que deixou um saldo de milhares de indígenas mortos em uma operação chefiada pelo General Julio Argentino Roca atendendo aos interesses da oligarquia ganadera.

Outro evento registrado, nesse sentido, foi o massacre protagonizado pela chamada *Patagonia Rebelde* ou *Patagonia Tragica* que fuzilou cerca de 1.500 trabalhadores. Uma greve fortemente reprimida pelo aparato policial com protagonismo do exército estabeleceu a derrota dos trabalhadores em uma greve histórica desencadeada no mês de setembro de 1920. A dinâmica do conflito foi desencadeada pela resistência ao conjunto de medidas de superexploração da força de trabalho, agudizada pela oscilação do preço da lã cujo destino era a indústria tecelã inglesa em uma crise notadamente provocada pelo *bureau* da cadeia imperialista frigorífica. À época, a organização

dos trabalhadores ficou a cargo dos anarquistas por meio da *Federación Obrera* (FORA) e a oligarquia cerrou fileiras na histórica *Sociedad Rural Argentina* (SRA).

Em grande medida, no contexto da repressão-resistência a oligarquia dependente demonstrou por meio da truculência que em meio ao campo da guerra de posições o artifício do estado policial estaria disposto a soluções assassinas em favor da manutenção dos *status quo* e, em 1930, produziu um golpe de Estado que colocou os setores conservadores em linha com a fração política reacionária do exército. O período da chamada *Restauração Conservadora* subordinou o aparato do Estado.

O período histórico de afirmação do peronismo, enquanto grupo de pressão, organizado a partir da doutrina justicialista, nos leva a considerar o período de proscrição do movimento durante o período de 1955 a 1973 numa perspectiva que vai além da figura uníssona de Juan D. Perón. A proporção alcançada pelo movimento durante as décadas de 1940-1950 levou Juan Domingo Perón ao cargo de Presidente da Nação Argentina a partir das eleições de 1945. É importante lembrar que o populismo argentino oscilou entre uma formula nacional-desenvolvimentista com sonho de autonomia sem, entretanto, romper com os interesses do latifúndio. Foi promotor de algumas concessões aos trabalhadores do latifúndio, como o *estatuto del peón*, mas não mexeu na estrutura latifundiária.

De 1945 em diante, a sociedade argentina passou por transformações significativas na ordem capitalista. Em parte estas transformações foram proporcionadas pelo contexto do pós II guerra. Sob a liderança do peronismo, a Argentina vivenciou um período de significativa prosperidade que, todavia, não se deslocou do panorama histórico presente ao fim da II guerra mundial que previa soluções de contenção da ordem. A redistribuição de renda e o processo de substituição de importações oportunizaram melhorias consideráveis nas condições de vida da população argentina. Se a pobreza não desapareceu, ela se abrandou e se escondeu proporcionada pelo contexto que correspondeu a *época de ouro do capitalismo* e a construção do ideário justicialista. Apesar do falso nacionalismo peronista surtir efeito entre a pequena burguesia, a massa de trabalhadores foi atraída para o bojo do processo e decidiu em favor do populismo.

Esta época de ouro explica em grande medida a aproximação entre o peronismo e os trabalhadores. Trata-se de um período que encontrou o seu auge e declínio enquanto Perón foi presidente. Passado o período de reconstrução dos países envolvidos com a guerra, a Argentina passou por uma forte recessão e queda vertiginosa em seu crescimento econômico. Este processo não se deu de forma isolada do conjunto mais geral da sociedade que sentiu os efeitos do boicote imperialista do pós-guerra. A burguesia passou a reivindicar a supressão das estruturas do “Estado peronista”. Culpavam o caudilho Perón de levar o país a bancarrota, após um contexto conturbado de soluções progressistas experimentadas pelo governo como a implantação do ensino publico laico e a aprovação da lei do divórcio que culminou na atuação filantrópica do Instituto Eva Perón dividindo

espaço com a atuação da Igreja naquele campo. O episódio da queima de igrejas levou ao rompimento definitivo entre a ala conservadora da instituição e o peronismo.

Depuseram-no por meio de um golpe de Estado que se auto-intitulou “Libertadora”. Traziam consigo o ideário de que havia um Estado que necessitava ser *desperonizado*. Em função disso, o peronismo foi proscrito, promoveram a perseguição aos sindicatos combativos e chegaram a fuzilar um grupo de oficiais acusados de conchavo com Perón. De “Libertadora” passou a “Fuziladora”. Os setores reacionários temiam, sobretudo, o crescimento da participação popular na decisão a despeito dos governos.

Nesta época ganhou força o debate desenvolvimentista com uma roupagem “nacionalista” propalado por setores de cunho entreguista escondidos baixo uma retórica de desenvolvimento autônomo. Arturo Frondizi começou a despontar no cenário político argentino como “a opção”. De pronto, se anunciou o problema da proscricção do peronismo que não se materializou pois, nas eleições distritais e departamentais, os peronistas, que dominavam os mecanismos eleitorais, ressurgiram ganhando corpo uma fórmula que atraiu vários setores esquerda progressista devido ao caráter de massa do movimento. Alguns destes setores passaram a defender a cooptação do movimento em favor dos trabalhadores. O próprio partido comunista argentino, com uma linha stalinista, defendeu a aproximação com setores do peronismo.

A questão da nacionalização das jazidas de petróleo se revelou uma falácia eleitoreira de Frondizi que propagandeou um desenvolvimento autônomo sem paralelo com o processo material de uma economia vinculada e subordinada ao imperialismo que não suportou a pressão e mais uma vez se “rendeu”/aliou ao jogo imperalista. Ao invés de nacionalizar, desnacionalizou o que restava. Em seu lugar, após um breve interregno golpista, Arturo Illia ganhou as eleições de 1963 para presidente sem uma base popular concreta.

Os quartéis começaram a brandir e, nem bem Illia tentava estabilizar-se, o *Onganiatto* deu mais um golpe de Estado temendo, sobretudo, a possibilidade de ampliação da participação popular. Os meios de comunicação construíram uma imagem que o favoreceu. À exemplo de Mariano Grondona, uma série de jornalistas apontaram Juan Carlos Ongonia pela perspicácia com que lidou com os conflitos internos da corporação militar entre 1962 e 1964, momento em que os militares se “fecharam” numa articulação de sua coesão interna visando o Estado. Dado o golpe de Estado, os partidários do liberalismo econômico se conjugaram a uma série de medidas desenvolvimentistas e, “da noite para o dia”, “todos” se tornaram executivos já no contexto dos golpes civis-militares de Segurança Nacional.

A pressão da sociedade civil produziu um dos maiores eventos de mobilização popular da história recente durante o *Onganiatto*. O *Cordobazo* mostrou a força do movimento popular e sua ação de massa através de uma aliança operário/estudantil em uma luta efetivamente de resistência.

Colocou em risco a imagem de um governo civil-militar-empresarial que foi construído sobre a fragilidade desta mesma imagem. Os eventos de 1969 ruíram a confiança dos organismos internacionais em relação ao *Onganiatto*. Os executivos são substituídos pelos *terratenientes*, classe ultra-reacionária, retrograda. Dois generais disputavam a hegemonia do processo: Levingston e Lanusse. O último foi encarregado de articular uma saída negociada da corporação em cena para permitir uma volta aos quartéis como media de reorganização dos quadros militares. O fracasso frente aos eventos em Córdoba (1969) quebraram a credibilidade da corporação militar e o Grande Acordo Nacional (GAN) e a Hora do Povo tentavam excluir, mais uma vez, a esquerda da disputa eleitoral.

Com a redemocratização de 1973 estavam dadas as condições para o retorno de Perón ao país após 19 anos de exílio. Hector Campóra venceu as eleições ao produzir forte apelo no meio guerrilheiro montonero. A crise permanente de hegemonia da Argentina aguçou os setores populares. Durante a redemocratização, a esquerda peronista tomava “al cielo por asalto” com a estruturação de exércitos não regulares aos moldes guerrilheiros. Por outro lado, a repressão também organizava-se em uma espécie de protótipo paramilitar das milícias assassinas que ressurgiriam durante o período entre 1973-1976 com a chamada *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple A).

Mas no aeroporto de Ezeiza, quando do retorno de Perón em 1973, as contradições do peronismo ficaram evidentes. *La Masacre de Ezeiza* demonstrou que a correlação de forças pendeu para o lado da força. As bases estavam dadas. A violência se estabeleceu como marca característica da correlação de forças que marcou os grupos políticos com uma grande diferença entre os aparatos financiados da direita. A *Tripla A* mostrou força de influência sobre Perón, que ignorou o apoio recebido no exílio pela esquerda peronista.

O “império da morte” (NOVARO e PALERMO, S/D) se espalhou no interior do terceiro governo peronista. Rapidamente as medidas de força suplantaram as de consenso que marcam o retorno de Perón e a eleição de Campóra que renunciou em favor de novas eleições disputadas e vencidas por Perón e a disputa política tornou-se um duelo de vida ou morte. Os grupos pára-policiais cumpriram um papel fundamental na defesa do *status quo*. Com a morte de Perón em 1973, sua Vice-Presidente Isabel Perón assumiu legalmente mas não efetivamente. Lopez Rega, *El Brujo*, ditou o tom dos fatídicos anos que Isabelita esteve na presidência do país e de ministro passou a articulador do terrorismo de estado dando amplos poderes as milícias assassinas da *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple A).

Os setores patronais fundaram, em 1975, a Associação Permanente de Entidades Gremiais (APEGE), uma entidade que reuniu boa parte da burguesia argentina e unificou a pauta hegemônica do bloco econômico da alta burguesia argentina em torno de pontos fundamentais para a atuação política. Dentre as entidades que a aderiram, encontramos a Sociedade Rural Argentina (SRA),

Conselho Econômico Argentino (CEA), Carbap, Câmara da Construção e do Comércio, Câmara de Importadores e Exportadores e as Câmaras de Bancos da Argentina.

Representantes de grandes empresas se mesclavam a tecnocratas e executivos especializados em assuntos políticos e econômicos e, principalmente, no mercado financeiro. A Apege foi um importante órgão unificador da pauta da grande burguesia argentina e serviu como Estado maior para a organização da pauta política de pressão do setor empresarial. Sua expectativa principal direcionou-se à supressão de todos os atributos legais que fossem considerados entraves para a ampliação dos lucros das grandes empresas argentinas. Neste sentido, foi reivindicado uma reestruturação do Estado e sua conseqüente resignificação no plano social. As leis que regulamentavam a mão de obra foram interpretadas de modo peculiar pela entidade e escolhidas como alvo de ataques. Os setores combativos dos sindicatos necessitavam de atenção especial por parte dos órgãos de segurança e a entidade reuniu listas de pessoas ligadas aos sindicatos que deveriam ser aniquiladas pela repressão

A direita livre-cambista argentina passou à ações de desestabilização do plano econômico com boicotes e lockouts e minou todas as tentativas de manutenção do regime democrático. Na dianteira do processo, acompanhando tudo com o máximo cuidado, apareceu, novamente, a corporação militar. Desta vez, mais coesa e com credibilidade construída pelos meios de comunicação da mídia hegemônica como o grupo *Clarín* e *La Nación* que sepultou o *Onganiatto*. O golpe de março de 1976 reuniu todos os ingredientes dos governos que o precederam com um salto qualitativo no âmbito de sua atuação, relacionada a implantação da política de terrorismo de Estado. A Triplo A foi subsumida e metamorfoseada no e pelo Estado e “desapareceu” no momento imediato ao golpe. A Junta Militar já possuía todos os artificios de que precisou lançar mão para promover a “pátria financeira”.

### **A DITADURA TERRORISTA E OS TRABALHADORES:**

A ampliação do aparato repressivo sobre a resistência aconteceu de maneira planejada e controlada pela corporação militar, se levarmos em consideração a historicidade do contexto. Como exemplo imediato, podemos citar o teor de uma publicação da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) que incide sua análise – denúncia - sobre as formas de repressão experimentadas pelos trabalhadores no contexto prévio e pós-golpe de 1976<sup>4</sup>.

Neste caminho, encontramos uma possibilidade de apresentação – explicação – da ditadura de terrorismo de Estado. Trata-se da cumplicidade patronal-militar a violação planejada dos Direitos Humanos. Reforçar este último ponto é necessário na medida em que se aceita a relação explosiva

---

<sup>4</sup> Trata-se do documento da *Central de Trabajadores de La Argentina* (CTA) direcionado a denúncia da cumplicidade patronal-militar. Cf.: BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*. Los Impresionistas, Buenos Aires, 2006. (Documento veiculado pela Central de Trabajadores Argentinos-CTA)

entre memória, justiça e verdade. Como se sabe, crimes relacionados a esta pauta não prescrevem. Esta contextualização do tema nos leva ao estudo de caso apresentado a seguir com a análise de uma fonte secundária produzida pela Central sindical da CTA. Como maneira de orientar a construção empírica do que chamamos de *Terrorismo Ampliado*, lançamos mão da cumplicidade patronal-militar apresentada no caso da empresa Mercedes Benz a partir do já citado documento da CTA.

A participação da empresa Mercedes Benz, indústria automotiva, no processo de repressão durante a ditadura é peculiar. Fundada na Alemanha em 1890, segundo Victoria Basualdo: “La planta de Argentina, la primera filial de la empresa en el exterior, se estableció en Gonzáles Catán, Provincia de Buenos Aires, en 1951” (BASULADO, 2006). A autora comenta o trabalho de Gaby Weber<sup>5</sup> em relação ao tratamento da questão. Gaby Weber, segundo Victoria Basualdo, escreveu dois livros e editou um documentário sobre a questão. Segundo o documento da CTA:

El análisis de la historia de la empresa sitúa sus acciones durante la dictadura en perspectiva: a la luz de su relación con el nazismo a partir de la década de 1930 y los beneficios que esta asociación le reportó en la expansión de su producción y sus ganancias, de la utilización de mano de obra compuesta por polacos y judíos reducidos a relaciones de trabajo equivalentes a la servidumbre, y del empleo ofrecido por Mercedes Benz Argentina a Adolf Eichmann, criminal de guerra y encargado de la logística del transporte masivo de judíos hacia los campos de exterminio, hasta su secuestro por agentes de inteligencia que lo trasladaron a Israel, adonde fue juzgado en 1961 y ejecutado en 1962, la política represiva de Mercedes Benz no parece sino presentar una línea de continuidad bastante predecible (Basualdo, 2006. P. 19).

Sobre o caso da cumplicidade patronal de Mercedes Benz a CTA recorreu ao passado que ligava a empresa ao extermínio nazista durante a II Guerra Mundial. Sabe-se que além de promover o assassinato e mortes sumárias de judeus, o regime do Reich aproveitou para exterminar comunistas, socialistas, social-democratas e anarquistas. Enfim, toda a oposição suspeitada ou declarada ao plano do Reich nazista. Segundo o documento, a empresa aproveitara-se do contexto de guerra declarada para ampliar seu próprio lucro participando ativamente do apoio ao regime de Adolf Hitler, e por ele apoiado em consequência.

---

<sup>5</sup> “Su primer libro fue publicado en Alemania (“Los desaparecidos de Mercedes Benz”), y el segundo no trata específicamente del caso de Mercedes Benz, aunque contiene algunos capítulos que a él se refieren (ver Gaby Weber, *La Conexión alemana. El lavado del dinero nazi en la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2005.)”. Além dos livros que a autora comenta, encontram-se, também, um documentário, “El documental se titula ‘Milagros no hay. Los desaparecidos de Mercedes Benz’ color 113 min., 2003, y existe una versión actualizada: 85 minutos, 2005.” (*Id.* p. 19).



Sobre este envolvimento da empresa com o Reich, a autora demarca certa continuidade no que diz respeito à repressão durante a ditadura. Ao citar o conhecido caso de Adolf Eichmann<sup>6</sup>, o documento sugere que havia, por parte da empresa, uma política repressiva. Ademais, tal exemplo combina os interesses da empresa com a política repressiva demarcada pela ditadura. Entretanto, a característica que marcou a atuação da política repressiva da empresa durante a ditadura argentina, repousava na conjuntura política existente na luta sindical que antecedeu o golpe.

Este embate se deu no âmbito da representação do sindicato dos mecânicos (SMATA), pois, “debido a que lejos de representar los intereses de los trabajadores, no hacían más que negociar con los directivos de la empresa” (BASUALDO, 2006. P. 19). A cooptação da cúpula sindical de SMATA propiciou, conforme consta no documento, que “Los cuatro mil trabajadores de la planta, reunidos en asamblea, eligieron una nueva comisión interna, compuesta por nueve representantes, que a partir de ese momento sería conocida como ‘el grupo de los nueve’”<sup>7</sup>.

A partir daí, SMATA objetou a representação reeleita em assembléia e, em uma ação típica da aliança entre sindicatos cooptados e interesses patronais, “SMATA negó la validez de la elección y de la comisión interna y la empresa despidió a 115 obreros (entre los cuales se contaban los 17 que luego serían secuestrados durante la dictadura) con aval de gremio automotor y su secretario general José Rodríguez” (BASULDO, *Id. Ibid*). Rodríguez foi mais um civil envolvido com a repressão.

O caso do envolvimento da empresa Mercedes Benz na repressão teve seu momento mais forte com uma ação de seqüestro protagonizada pelos *Montoneros*. Durante o transcurso do ano de 1975, a aproximação ente o movimento sindical e a organização guerrilheira de esquerda ficou evidente após a paralisação da produção da empresa encampada por seus trabalhadores durante a adesão às greves gerais que atingiram todo o país.

Pela análise da CTA: “El 24 de Octubre de 1975, en el transcurso de la huelga, se produjo el secuestro del Jefe de Producción de la planta, Heinrich Metz, por parte de Montoneros, con la demanda de la reincorporación de los cesantes” (*Id. Ibid*). Um episódio que recolocou em franca disputa a ultra-direita argentina, representada pela Triplo A, e a esquerda radicalizada representada pela organização do peronismo radicalizado presente nos *Montoneros*. Uma ação típica do contexto político encontrado nos anos de 1970 na Argentina.

Por outro lado, sabe-se que a guerrilha saiu vencedora nas negociações, pois, após a incorporação do contingente despedido, os *Montoneros* passaram a exigir um montante em dinheiro pela soltura Heinrich Metz. Segundo a indicação do documento da CTA não se sabe ao certo o montante efetivo recebido pela guerrilha pelo resgate de Metz. Ademais, a partir do evento que

---

<sup>6</sup> Sobre esta questão, a autora Hannah Arendt escreveu um livro sobre a prisão e o julgamento de Eichmann. Ver: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo. Cia das Letras, 1999.

<sup>7</sup> *Id. Ibid*.

envolveu o seqüestro de Metz, ficou evidente a característica de atuação da empresa em relação a fraudes e negócios ilícitos envolvendo dinheiro público.

La empresa finalmente cedió y declaró la reincorporación de todos los despedidos, después de lo cual Montoneros exigió el pago de un rescate, que de acuerdo con la casa matriz de la empresa en Alemania fue de siete millones de dólares, mientras que la gerencia local sostiene que fue de cuatro y los encargados de las finanzas de Montoneros de dos millones. La investigación sobre el misterio del monto efectivamente pagado por el rescate dejó al descubierto las prácticas fraudulentas de la empresa que aprovechó el secuestro para consignar una cifra muy superior a la real en su declaración de impuestos en Alemania, lo que permitió obtener un importante margen de ganancia (BASUALDO, 2006. P. 19).

Durante os anos de 1970 a guerrilha dos Montoneros arrecadou uma quantia significativa em dinheiro. Até o golpe de 1976, parte deste montante serviu para guarnecer materialmente a atividade da guerrilha em território nacional. O golpe de 1976 precedido e seguido da campanha contra-insurgente encampada pelo Estado e o setor patronal da sociedade civil, decretou, por meio da repressão aberta, a aniquilação das atividades guerrilheiras em solo nacional. A cúpula dirigente da guerrilha partiu para o exílio, seguida de perto por alguns quadros menos importantes que conseguiram se inserir na fuga. O dinheiro arrecadado com as ações de seqüestro e expropriação a banco e empresas multinacionais, serviu para manter os quadros Montoneros no exílio. Ainda que a trajetória do ERP tenha sido bastante distinta uma vez que houve, por parte do comando, ordem de retorno para continuar o combate. O próprio Santucho retornou a Argentina e morreu pouco depois do golpe de Estado.

Esta situação de fuga de boa parte da cúpula montonera ao exílio, gerou conseqüências gravíssimas aos que ficaram. A partir de 1976, os quadros guerrilheiros que, sem maiores opções, ficaram no país, no ato de suas detenções, eram encaminhados a Escola de Mecânica da Armada (ESMA).

Lá eram submetidos à tortura física, cujo quadro de detenção tinha como objetivo principal descobrir informações sobre quadros da organização ainda em liberdade, além de subjugar a condição humana de cada prisioneiro que, segundo Gillespie, optaram por colaborar com a repressão: “porque sus líderes se habían ido y les habían abandonado” (GILLESPIE, 1987. P. 300). Neste sentido, mais adiante destacamos o trabalho do Grupo de Tarefas (GT) 3.3 em um de seus destacamentos que atuou na ESMA, o GT 3.3.2.

Ao continuar a denúncia contra a Mercedes Benz, o documento da CTA destacou a atuação do Ministro do Trabalho, Carlos Rockauf, na assinatura de um decreto de aniquilação da “subversão”. Ao retomar a discussão do trabalho de Gaby Weber, Victoria Basualdo indica a seguinte discussão,

La situación en la fábrica comenzó a alterarse significativamente entre fines de 1975 y comienzos de 1976. Weber demuestra de manera contundente las relaciones entre el gobierno, en particular el entonces Ministro de Trabajo Carlos Rockauf, quien el 6 de octubre de 1975 promovió y firmó un decreto de aniquilamiento de la subversión en los centros industriales, asimilando toda lucha obrera a un proceso de guerrilla industrial, la dirigencia sindical burocrática y las cúpulas empresariales. En el caso de SMATA, la aceptación de la política de eliminación de la “guerrilla industrial” impuesta por el gobierno se plasmó en la firma de un convenio con las empresas automotrices, que entró en vigencia en Mercedes Benz el 21 de julio de 1975, estableciendo que el 1% del precio de venta de cada vehículo se dedicaría a la formación de un fondo extraordinario para la “erradicación de elementos negativos” de la fábrica. Este fondo sería administrado por la dirección de SMATA sin auditoria alguna, a cambio de que la propia entidad supuestamente representativa de los trabajadores se encargara ella misma de garantizar su represión efectiva (BASUALDO, 2006. P. 20).

Ou seja, as condições de cooptação da cúpula sindical, representada por uma burocracia legitimista do governo repressivo apresentado à época de Juan Domingo Perón e agravado à época de Isabelita, foi a estrutura preexistente que possibilitou a implantação efetiva de uma política de extermínio generalizado direcionada aos trabalhadores em atividade na fábrica da Mercedes Benz Argentina. Esta aproximação entre Estado e cúpula sindical cooptada foi uma continuidade na história argentina.

O que diferenciou esta relação a partir de 1973 foi a adoção, por parte da última, da política de Terrorismo de Estado generalizada a partir do golpe de Estado de março de 1976, mas, que se fazia presente antes mesmo do golpe, portanto, durante o terceiro governo peronista. Ainda que o documento confeccionado pela CTA não cite tais condições, a partir do que discutimos nos capítulos anteriores, nos mostrou claramente que as condições do movimento operário, a partir do primeiro governo peronista, modificaram-se substancialmente. Junta-se a isso a ação de organização da direita argentina a partir de 1970, discussão apresentada no segundo capítulo que contempla, principalmente, a organização dos *Terratenientes*.

Quanto à Mercedes Benz, Victoria Basualdo indica que: “La participación de la empresa en la represión se encuentra documentada en varios testimonios” (*Id. Ibid*). Neste sentido, o documento redigido pela autora para a CTA congregou o relato do trabalhador da empresa Héctor Ratto.

Neste testemunho encontra-se uma das chaves para o entendimento da participação da empresa no processo de repressão aos seus funcionários, bem como a participação de civis no Terrorismo de Estado. Segundo Basualdo: “El obrero Héctor Ratto estuvo presente cuando el jefe de producción de la fábrica, Juan Tasselkraut, transmitió a las fuerzas de seguridad la dirección del obrero Diego Núñez, quien fue secuestrado ese mismo día y permanece desaparecido hasta la fecha” (BASUALDO, 2006. P. 20). Ou seja, no caso da desapareição de Diego Nuñez a participação de um civil foi determinante.

O responsável direto por esta desapareição foi Juan Tasselkraut, funcionário da empresa responsável pela produção na fábrica de Mercedes Benz. A produção da fábrica encontrava-se seriamente comprometida pela formação da oposição sindical na fábrica que atendia pelo nome de Grupo dos 9 que aderiu às reivindicações classistas.

Portanto, a desapareição de Nuñez foi um golpe com duplo sentido porque demonstrou, por um lado, o preço que os trabalhadores pagariam, daquele momento em diante, pela organização de uma oposição e, por outro lado, demonstrava que a organização da produção na fábrica da Mercedes Benz estava acima da vida de seus trabalhadores.

Ou seja, além dos riscos físicos inerentes à linha de produção, juntou-se o risco de vida que uma organização não consentida pela burocracia sindical, interessada em negociar acordos prejudiciais aos trabalhadores e favorecer, por consequência, o ambiente pleno de exploração dos trabalhadores pela empresa. Segundo o documento da CTA:

El mismo Juan Tasselkraut dio cuenta de los efectos que la represión tuvo no funcionamiento interno de la empresa, cuando en el contexto de los Juicios por la Verdad en los tribunales de La Plata, se le preguntó si consideraba que existía alguna relación entre la disminución del conflicto en la fábrica, el aumento de la productividad y la desaparición de obreros y militantes. Su respuesta fue: “Y Milagros no hay” (*Id. Ibid*).

Os Juízos pela Verdade levados a cabo na cidade de La Plata, capital da Província de Buenos Aires, agruparam uma série de acusados de delitos de lesa-humanidade. Dentre os principais estão o próprio Juan Tasselkraut e o padre da Igreja Católica Von Vernich. Ficaram mundialmente conhecidos quando, na eminência do testemunho na causa contra Von Vernich, Julio Lopez

desapareceu misteriosamente quando saiu de seu domicílio para fazer compras. Julio Lopez continua desaparecido até a presente data.

No caso do testemunho de Tasselkraut, ficou mais claro a forma como os interesses econômicos das multinacionais se uniram com a política de extermínio encampada pelos militares. Com a afirmação de que “Milagres não existem”, o acusado levantou o óbvio. A ampliação dos resultados na linha de produção da empresa dependeu diretamente da eliminação física de militantes e operários envolvidos com a oposição sindical. Tratava-se, em suma, de uma política de eliminação que se direcionou, primeiramente, aos trabalhadores diretamente envolvidos com a militância de oposição. Com o golpe, a política se amplia aos demais trabalhadores que, comprovadamente, não estavam envolvidos com a militância, mas, de alguma forma, foram apontados pelos gerentes dos demais setores da empresa como perigos em potencial.

Um oficial que foi contratado pela empresa após prestar serviços à repressão foi o comandante da Brigada de Investigações de San Justo, transformado em Centro Clandestino de Detenção, de nome Rubén Luis Lavallén. O caso de maior repercussão que envolveu Lavallén foi o seqüestro, seguido de desaparecimento do trabalhador da linha de produção da empresa conhecido por Alberto Gigena. Lavallén foi reconhecido pela esposa de Gigena. Victoria Basualdo analisou a vinculação de Lavallén com os casos de repressão da ditadura da seguinte forma,

Lavallén estuvo a cargo durante os primeros años de la dictadura del comando de la Brigada de Investigaciones de San Justo, sede de un centro clandestino de detención. Fue positivamente identificado por la esposa del obrero de Mercedes Benz, Alberto Gigena, uno de los secuestradores de su esposo, quien nunca volvió a aparecer. Con esta foja de servicios, Lavallén fue contratado por Mercedes Benz en 1978 como encargado de la seguridad y vigilancia de la planta de González Catán (BASUALDO, 2006. P. 21).

Segundo a autora do documento da CTA, Lavallén foi contratado para realizar a segurança de uma das plantas da empresa, justamente pelos serviços prestados a repressão, uma prática comum entre as empresas que possuíam interesses vinculados com a política repressiva e econômica da ditadura. Entretanto, no caso de Lavallén, além do serviço de repressão prestado a fábrica de Mercedes Benz, o oficial cometeu um crime muito comum entre os repressores ligados à máquina de extermínio da ditadura argentina.

Segundo Victoria Basualdo:

Ya en democracia, Lavallén fue condenado, en 1998, a cuatro años de prisión por falsificación del acta de nacimiento de la menor Paula Logares hija de una pareja de uruguayos secuestrados en Montevideo y detenidos en la Brigada de Investigaciones de San Justo, en el marco del Plan Cóndor. A la pareja jamás se la volvió a ver con vida y la menor fue apropiada por Lavallén y registrada como hija suya<sup>8</sup> (BASUALDO, 2006. P. 21).

Nos casos que envolveram os dois funcionários citados da Mercedes Benz, a saber, Juan Tasselkraut e Rubén Luis Lavallén, revela-se uma das facetas mais cruéis da ditadura argentina com a apropriação de crianças que, em sua grande maioria, tratava-se de crianças, filhos de detidos-desaparecidos<sup>9</sup>. Nos casos que envolveram os funcionários da empresa, revela-se, ademais, a guarida que as grandes multinacionais prestaram aos fatos. Nesse sentido, o documento não traz maiores informações. Sabe-se que foi uma verdadeira operação criminosa arquitetada e efetivada com o aval de empresas de renome internacional<sup>10</sup>.

## CONCLUSÃO:

Este artigo procurou desenvolver uma possibilidade de análise que leva em consideração o arcabouço teórico marxista para a definição mais precisa dos golpes de estado da América Latina. Durante algum tempo esta linha teórica foi desconsiderada por apresentar um problema de qualificação das ditaduras que as aproximava do conceito de fascismo latino-americano. Um dos principais representantes desta qualificação foi o equatoriano Agustín Cueva.

Alguns autores consideraram a discussão de Cueva insuficiente, pois as ditaduras não apresentaram um partido de massas o que as tornou particularmente diferente de outros processos de Terrorismo de Estado. Por outro lado, a qualificação de Terrorismo de Estado também foi contestada

---

<sup>8</sup> Em nota de rodapé a autora esclarece que: “Las nuevas líneas de investigación llevadas adelante por Gaby Weber después de la presentación del documental, se encuentran reflejadas en su libro *La conexión alemana. El lavado del dinero ansien la Argentina* (Buenos Aires: Edhasa, 2005). Allí se indica que la apropiación de hijos de desaparecidos por parte de empleados jerárquicos de Mercedes Benz no se restringió a Lavallén, sino que también Juan Tasselkraut y su hermano están complicados en procesos de adopción ilegal de niños. Aunque no existe prueba fehaciente de que Diego Christian Tasselkraut, hijo de Juan Tasselkraut, y Andrés Gerardo y Pablo Daniel, hijos de Alejandro Tomás Tasselkraut, hermano de Juan, sean hijos de desaparecidos, en los tres casos las partidas de nacimiento incluyen firmas de funcionarios y parteras ligados con otros de menores nacidos en cautiverio. Para más información al respecto, se recomienda consultar el capítulo 15 del libro de Weber” (*Id.* p. 21 e 23.).

<sup>9</sup> Hoje podemos citar a luta pela recuperação pela identidade de muitas crianças apropriadas pela ditadura no movimento das *Abuelas da Plaza de Mayo* e também dos *HIJOS*.

<sup>10</sup> Um debate que envolve um número maior de bibliografias que, sabe-se que existe, porém, não se obteve acesso. Pelo menos, a que se conseguiu e não se descartou a hipótese de utilizá-la como fonte e indicação bibliográfica, é o relatório do Centro de Estudos Legales e Sociales – C.E.L.S.

por não aprofundar as vinculações orgânicas de sustentação das ditaduras. Quem mais avançou na análise de tais vinculações foi o sociólogo uruguaio radicado no Brasil Renne Armand Dreiffus.

Dreiffus na obra *1964: A Conquista do Estado* argumentou que a atuação da sociedade civil foi fundamental para a criação de uma aura de consenso sobre o golpe brasileiro. Ao trabalhar com o conceito de elite orgânica e com vasta análise de fontes relacionadas a atuação do Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) o autor possibilitou uma qualificação mais precisa destes processos.

No caso argentino, destaca-se a chamada *teoria dos dois demônios* presente no texto que abriu o Informe da Comissão pela Desaparição de Pessoas (CONADEP) que conferiu pesos semelhantes a atuação da repressão do Estado a resistência estruturada por meio das guerrilhas. Em certa medida, ao enfrentamento foi conferida uma aura de equilíbrio que não encontra paralelo no plano material. A força do aparato repressivo do Estado, segundo esta qualificação, foi proporcional ao peso do inimigo. Ademais, ao comparar estratégias tão distintas acabou por esvaziar o sentido histórico da luta contra a ditadura e, por extensão, em alguns casos, contra o capitalismo.

Tendo em vista esta síntese é que lançamos mão do aporte marxista do revolucionário Antonio Gramsci para entender o nexos dialético entre Estado e sociedade civil no contexto das ditaduras e, em específico no caso argentino. Nesse sentido, a tese do Estado Integral, ou Estado Ampliado nos levou a avaliar a atuação do binômio repressão, resistência em perspectiva ampla e relacional. Portanto, pode-se dizer que se tratou de um terrorismo ampliado sendo que a atuação pontual da repressão sobre a resistência dos trabalhadores significou colocar o golpe e a ditadura de 1976 em perspectiva histórica-dialética.

## REFERÊNCIAS:

- CONADEP. Nunca mais. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d.
- GERCHUNOFF, Pablo.e LIACH, Lucas. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires. Grijalbo S.A., 1987.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp.
- PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura., 2006.
- PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.
- BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*. Los Impresionistas, Buenos Aires, 2006. (Documento veiculado pela Central de Trabajadores Argentinos-CTA)